

13 de novembro, Dia Nacional de Luta



Reunião realizada no dia 4 de novembro, entre diversas centrais sindicais, federações e confederações, decidiu por mobilização conjunta contra o pacote econômico do governo. O 13 de novembro será Dia Nacional de Luta, com manifestações na região do ABC, em São Paulo, e em diversas capitais. Nova reunião está marcada para o dia 12, quando será apresentada à imprensa uma nota conjunta do movimento sindical. Veja na *página 3* a opinião da CUT sobre o pacote

A Classe Operária



PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS

R\$ 1,00

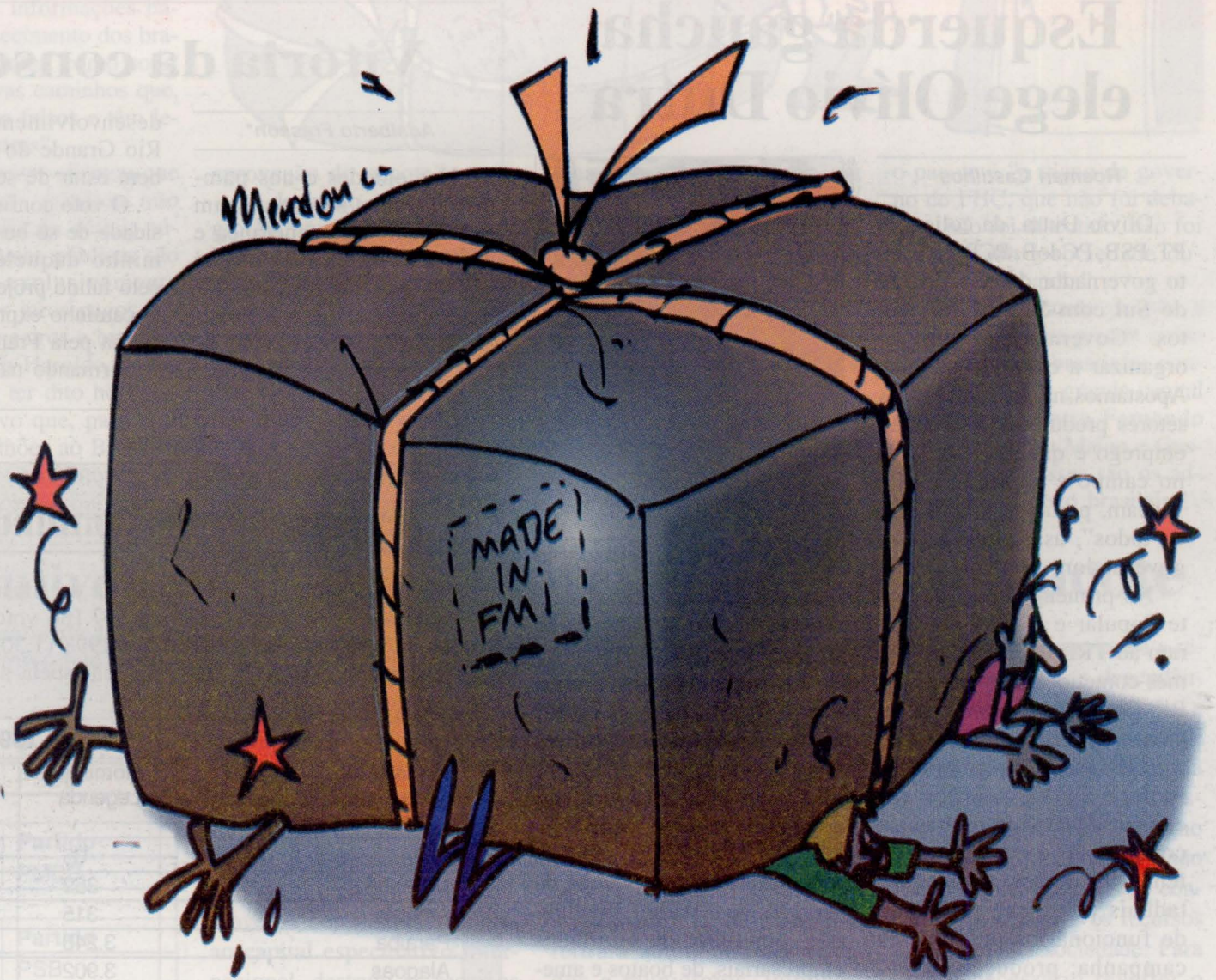
Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

Pacote de FHC aumenta desemprego

O desemprego deve se agravar com as novas medidas do governo. Fernando Henrique baixou a Medida Provisória nº 1.726, que permite a suspensão dos contratos de trabalho por 5 meses. O governo também quer a redução do poder da Justiça do Trabalho e o fim da unicidade sindical. O pacote foi anunciado no momento em que o desemprego bateu recorde em Porto Alegre. Na capital gaúcha, 270 mil pessoas estão desempregadas.

Juntamente com as medidas anunciadas no final de outubro, a orientação da política econômica de FHC beneficia os grandes credores internacionais e impõe sacrifícios inaceitáveis para os trabalhadores

Páginas 3 e 5



Oposição ganha segundo turno em Estados importantes

O segundo turno das eleições registrou para as oposições um resultado favorável. As vitórias de Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul; Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro; Itamar Franco, em Minas Gerais; Mão Santa, no Piauí; e Zeca do PT, no Mato Grosso do Sul, configuram um novo quadro político, em que cresce a resistência à política de FHC

Páginas 2 e 4

Aumenta o número de votos nos comunistas *Página 2*

Corte de verbas ameaça pesquisa no Brasil *Página 4*

Greves agitam a América Latina *Página 5*

PC do Chile propõe aliança contra o neoliberalismo *Página 7*



CDM

Centro de Documentação e Memória Fundação Munício Grabois

Com apoio dos comunistas, Piauí derrota as oligarquias

O segundo turno das eleições reservou para o Piauí um embate entre as forças políticas oligárquicas que há 50 anos dominam o Estado, representadas por Hugo Napoleão (PFL) e os setores progressistas que, unificados em torno do governador Mão Santa e do seu candidato a vice Osmar Júnior (PCdoB), impuseram às forças obscurantistas uma dura derrota.

Prestaram socorro a Hugo Napoleão, o senador Antônio Carlos Magalhães, José Sarney, que comanda um poderoso esquema econômico no Maranhão e Piauí, Marco Maciel e, por incrível que pareça até mesmo Cristovam Buarque que, de Brasília, gravou

mensagem de apoio ao candidato do PFL.

Vice-governador comunista

A possibilidade da reeleição de Mão Santa e de eleger um comunista para vice-governador despertou a ira dos setores mais reacionários da política piauiense. Nada disso, no entanto, foi suficiente para impedir que o povo piauiense, mobilizado pela palavra de ordem Oligarquia Nunca Mais, impusesse aos direitistas uma derrota histórica. O Piauí surpreende o Brasil, ao eleger pela primeira vez na história do país, um comunista vice-governador.

Osmar Júnior tem 39 anos, e



Osmar Jr. e o governador Mão Santa

desde os 17 anos milita na política piauiense. Em 1980 entrou para o PCdoB e em seguida foi eleito presidente do DCE da

UFPI, quando liderou a mais importante greve dos estudantes do Estado. Sua atuação no movimento estudantil o proje-

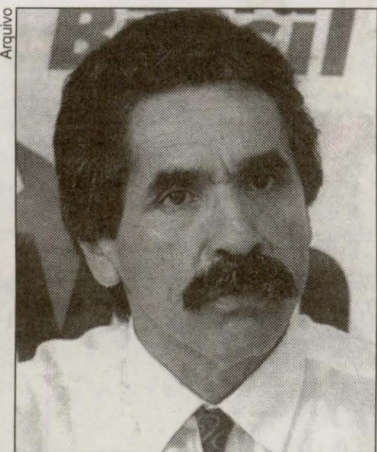
tou politicamente em Teresina e em 1982 foi eleito vereador da capital. Nestes anos todos ajudou a construir o PCdoB e a consolidar um campo progressista e democrático. Desempenhou funções administrativas a convite do ex-prefeito de Teresina Wall Ferraz, e durante o governo de Mão Santa, foi presidente da Fundação Estadual da Cultura e do Desporto.

Os comunistas do Piauí se preparam para enfrentar os desafios de vincular o futuro governo aos anseios maiores do povo piauiense. Ganha força no atual momento a necessidade de fortalecer o movimento nacional contra FHC e o seu pacote criminoso. Nesse sentido um vice-governador eleito pelo PCdoB pode desempenhar importante papel político.

Esquerda gaúcha elege Olívio Dutra

Rosmari Castilhos

Olívio Dutra, da coligação PT, PSB, PCdoB, PCB, foi eleito governador do Rio Grande do Sul com 50,78% dos votos. "Governaremos para reorganizar a estrutura pública. Apostamos na articulação dos setores produtivos, que geram emprego e qualidade de vida no campo e na cidade. Alavancam, portanto, a cidadania de todos", assegurou o novo governador.



Dutra: alavancar a cidadania

No primeiro turno, a Frente Popular e o PDT entregaram ao TRE um dossiê de crimes cometidos pela Coligação Rio Grande Vencedor, do candidato de FHC, Antônio Brito. Os crimes comprovados foram o uso de veículos oficiais estaduais em campanha; convocação e conclamações feitas por órgãos públicos estaduais para o engajamento de funcionários públicos na campanha; produção de encartes de jornais financiados com recursos públicos; distribuição de bens públicos em troca de votos e compra de apoio eleitoral.

O jornal *Zero Hora* teve duas edições apreendidas pela Justiça Eleitoral. A TVE, de propriedade do governo, foi tirada do ar. Vários empresários paralisaram suas fábricas para ameaçar os trabalhadores. FHC prometeu, em matéria paga nos jornais, que os

recursos federais seriam destinados ao Estado apenas se Britto ganhasse.

No segundo turno a coligação Rio Grande Vencedor criou nas repartições públicas um clima de terror contra os funcionários; recolhimento de comprovante de votação eleitoral de funcionários públicos e de empresas prestadoras de serviços ao Estado; divulgação, por parte de entidades empresariais, de boatos e ameaças; publicação de panfletos apócrifos, caluniosos e ameaçadores - a Justiça Eleitoral mandou apreender mais de 20 panfletos; ameaça de extinção de programas sociais do governo, como vale leite, cestas básicas e renda mínima; agressões físicas para intimidação da militância. Mas o sentimento de mudança calou bem mais fundo do que todas as mentiras e ameaças.

Vitória da consciência popular

Adalberto Frasson*

Nas cidades e nos pampas gaúchos se espraia um sentimento de esperança e a certeza de que é possível ter um governo que mobilize seus recursos e a sociedade na implementação de um projeto voltado para o

desenvolvimento de todo o Rio Grande do Sul e para o bem estar de seu povo.

O voto confirmou a necessidade de se buscar outro caminho daquele percorrido pelo falido projeto neoliberal. O caminho expresso na campanha pela Frente Popular, e confirmando nas palavras do

Governador Olívio Dutra: suspensão das privatizações, controle público e não privado do Estado, participação popular, investigação dos atos do atual governo e uma política voltada para a criação de empregos e para a recuperação da agricultura.

*Presidente do PCdoB/RS

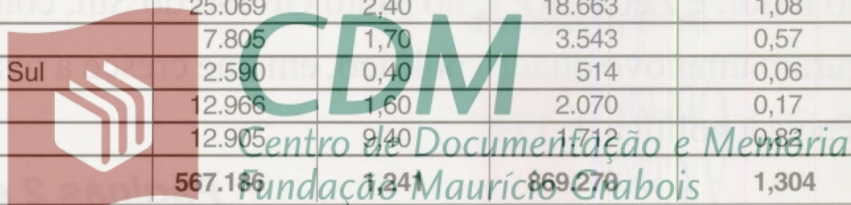
Crescem os votos nominais e de legenda do PCdoB

A votação do Partido Comunista do Brasil cresceu. Os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral registram 567.186 votos em 1994 (1,241% do total de votos válidos no país) e 869.270 votos em 1998 (1,304% do total). Esses números significam um crescimento real de 5,09%. Veja na tabela abaixo, por Estado, a votação do PCdoB.

Unidade da Federação	1994		1998	
	Nominal + Legenda	% dos votos válidos	Nominal + Legenda	% dos votos válidos
Mato Grosso	65	0,01	2.177	0,27
Maranhão	359	0,04	3.992	0,26
Amapá	315	0,30	2.735	1,54
Paraíba	3.248	0,30	12.789	1,08
Alagoas	3.902	0,80	13.621	1,59
Distrito Federal	24.181	3,90	67.171	6,72
Pernambuco	12.564	0,70	31.031	1,07
São Paulo	48.648	0,50	116.102	0,74
Amazonas	31.875	5,70	69.148	8,08
Rio Grande do Sul	15.467	0,40	26.754	0,55
Minas Gerais	23.968	0,50	44.263	0,61
Santa Catarina	17.076	1,10	31.023	1,33
Bahia	39.579	1,40	68.615	1,65
Ceará	91.909	4,70	142.400	5,35
Roraima	0	0,00	1.380	1,09
Tocantins	4	0,00	27	0,01
Rio Grande do Norte	4.982	0,70	7.192	0,69
Goiás	29.819	2,40	39.184	2,11
Rondônia	1.119	0,40	1.458	0,32
Rio de Janeiro	106.426	2,30	122.007	1,72
Paraná	35.809	1,30	30.920	0,78
Piauí	14.536	1,80	8.779	0,94
Pará	25.069	2,40	18.663	1,08
Sergipe	7.805	1,70	3.543	0,57
Mato Grosso do Sul	2.590	0,40	514	0,06
Espirito Santo	12.966	1,60	2.070	0,17
Acre	12.905	9,40	17.112	0,82
Total	567.186	1,241	869.270	1,304

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Edição:** Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL) **Estagiária:** Gabriela Mendonça.
Editoração Eletrônica: Sandra Luiz Alves - **Administração:** Francyrose de Andrade Matarazzo. Publicação quinzenal da *Empresa Jornalística A Classe Operária* - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 3104 4140
 PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>,
 E-mail: classeop@ruralsp.com.br





Nem bem foram divulgados os resultados da eleição e Fernando Henrique Cardoso anunciou o Plano Real II. As medidas exigidas pelo FMI, e seguidas docilmente pelo governo, promovem um forte ajuste nas contas públicas, a recessão e o desemprego

Pacote da recessão e do desemprego

São dois os objetivos do novo pacote anunciado pelo presidente da República: diminuir a atividade econômica, para reduzir os déficits em conta corrente, e produzir superávits fiscais.

O pacote gerará recessão. As reformas das leis trabalhistas, anunciadas sob o pretexto de combater o desemprego, visam permitir aos empresários repassar o máximo possível do ônus do ajuste para os trabalhadores.

O objetivo de produzir superávits fiscais leva em conta pagar o serviço da dívida pública (que saltou de R\$ 62 bilhões em dezembro de 1994 para R\$ 303 bilhões em agosto de 1998). Com esse pagamento, Fernando Henrique pretende continuar atraindo capital externo, com as taxas de juros em níveis estratosféricos.

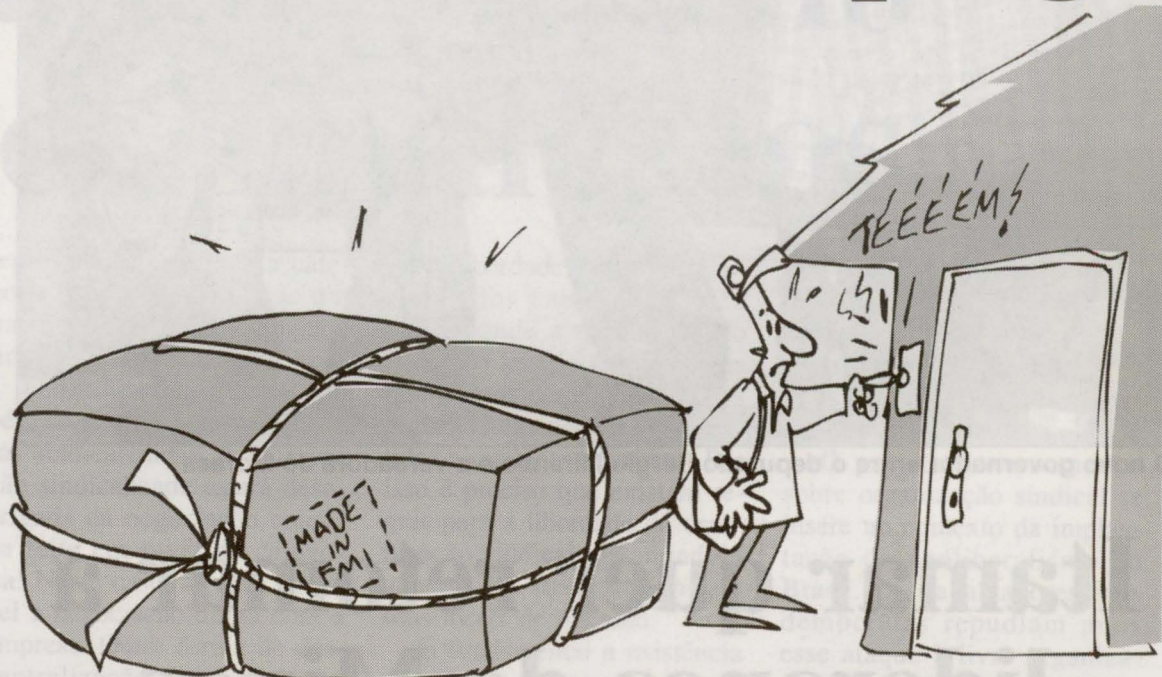
O governo quer dar calote na aposentadoria dos idosos, nos salários dos funcionários públicos, na qualidade da educação e na saúde para pagar as dívidas externa e inter-

na (cerca de 7 a 8% do PIB cada uma).

Desonestidade do governo

O líder do PCdoB na Câmara Federal Haroldo Lima (BA) denunciou em plenário que a defesa feita do pacote econômico pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi "evada de desonestidade intelectual". O ministro apresentou "dados que não são verdadeiros, sonegou informações básicas ao conhecimento dos brasileiros e apontou como soluções definitivas caminhos que, bem sabe, são falsos e têm levado a desastres".

O parlamentar afirmou que a Previdência pública não pode ser a vilã do déficit público: "As contas públicas são deficitárias exclusivamente por causa dos juros pagos aos agiotas estrangeiros e brasileiros". Segundo Haroldo, o ministro "devia ter dito honestamente ao povo que, para emprestar 30 bilhões ao Brasil, o Fundo Monetário Internacional impôs como condição a



aprovação do pacote".

O deputado comunista Sérgio Miranda (MG), observou que o Brasil tem um problema externo que é "predominante: encerrou-se um ciclo de financiamento externo da nossa economia. Nos próximos anos, não virá capital externo para financiar o nosso país".

Porém, o pacote trata de apenas uma parte do problema externo: "busca-se fazer

uma recessão interna forte - já se prevê, pelo próprio documento oficial, crescimento negativo do PIB em 1% no ano que vem; não se mexe nas outras variáveis das transações correntes; não se mexe em remessas de lucro, não se mexe nas viagens internacionais, não se mexe em pagamentos de juros, deixa-se o câmbio ficar defasado".

Para o deputado mineiro,

o pacote é "o plano de governo de FHC, que não foi debatido, não foi discutido, não foi apresentado à sociedade durante a campanha".

Sérgio Miranda propôs a formação de uma grande união da "sociedade brasileira contra o partido do grande capital financeiro, contra Fernando Henrique, Pedro Malan e Gustavo Granco. Esses são os adversários do povo brasileiro".

Os chefes do Executivo

Com os resultados do segundo turno, realizado no dia 25 de outubro, estes são os chefes de Executivo que serão empousados em 1º de janeiro de 1999:

Presidência da República		Partido	
Fernando Henrique Cardoso		PSDB	
Distrito Federal		Governador	Partido
Distrito Federal		Joaquim Roriz	PMDB
Estado	Governador(a)	Partido	
Alagoas	Ronaldo Lessa	PSB	
Amapá	João Capiberibe	PSB	
Amazonas	Amazonino Mendes	PFL	
Acre	Jorge Viana	PT	
Bahia	César Borges	PFL	
Ceará	Tasso Jereissati	PSDB	
Espírito Santo	José Ignácio	PSDB	
Goiás	Marconi Perillo	PSDB	
Maranhão	Roseana Sarney	PFL	
Mato Grosso	Dante de Oliveira	PSDB	
Mato Grosso do Sul	Zeca do PT	PT	
Minas Gerais	Itamar Franco	PMDB	
Pará	Almir Gabriel	PSDB	
Paraíba	José Maranhão	PMDB	
Paraná	Jaime Lerner	PFL	
Pernambuco	Jarbas Vasconcellos	PMDB	
Piauí	Mão Santa	PMDB	
Rio de Janeiro	Anthony Garotinho	PDT	
Rio Grande do Norte	Garibaldi Alves Filho	PMDB	
Rio Grande do Sul	Olívio Dutra	PT	
Rondônia	José Bianco	PFL	
Roraima	Neudo Campos	PPB	
Santa Catarina	Esperidião Amin	PPB	
São Paulo	Mário Covas	PSDB	
Sergipe	Albano Franco	PSDB	
Tocantins	Siqueira Campos	PFL	

Trabalhadores condenam o pacote

O pacote do governo "aprofunda a recessão e lança todos os custos da crise sobre os trabalhadores, reduzindo salários aumentando o desemprego e gerando exclusão social." Esta foi a conclusão da Central Única dos Trabalhadores, CUT.

Para a central, "FHC promoveu a dependência do país ao capital especulativo internacional, destruiu os recursos da Previdência, dilapidou o patrimônio público e escancarou a economia nacional às importações, comprometendo escandalosamente a soberania nacional. Em função dos erros do governo, o país já está vivendo uma profunda recessão, revelada pelas péssimas perspectivas de crescimento do PIB e drástica redução da

atividade industrial."

Para a entidade dos trabalhadores, o aumento do FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), "de 20% para 40%, e sua prorrogação até 2006, afeta diretamente os trabalhadores, na medida em que diminuem as verbas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), e retira a autonomia dos Estados e municípios, impondo corte em suas políticas sociais. Dessa forma, FHC impõe aos Estados e municípios o acordo que fez com o FMI, rompendo o pacto federativo e deixando os governadores e os prefeitos à mercê da chantagem política por parte do governo federal.

Para a CUT, o pacote "agrava a situação. O pacote de

FHC e do FMI aprofunda a recessão em curso, a dependência externa de nosso país, a miséria e a exclusão social. Componentes importantes da crise como o enorme e crescente déficit do setor externo e os juros estratosféricos não foram alterados e poderão consumir rapidamente os recursos arrancados da sociedade. Para nós, é necessário reverter o modelo econômico, priorizando o desenvolvimento com distribuição de renda, revisão da abertura indiscriminada da economia, estímulo ao setor produtivo e prioridade à geração de emprego e renda."

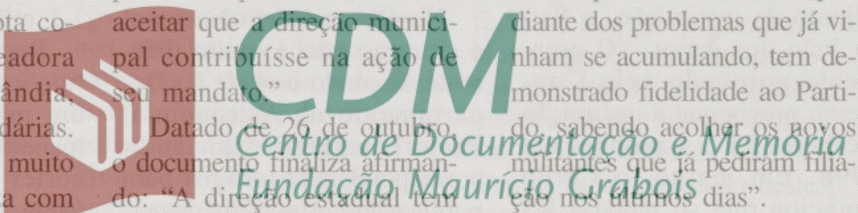
No dia 13 de novembro será realizada uma maratona contra o pacote e pelo emprego em todo o país.

Liza Prado desliga-se do PCdoB

A Comissão Política do Comitê Estadual do PCdoB em Minas divulgou nota comunicando que a vereadora Liza Prado, de Uberlândia, deixou as fileiras partidárias. A nota informa que há muito tempo a relação de Liza com

o Partido "vinha enfrentando problemas pela sua recusa em aceitar que a direção municipal contribuísse na ação de seu mandato." Datado de 26 de outubro, o documento finaliza afirmando: "A direção estadual tem

absoluta confiança no Comitê Municipal de Uberlândia que, diante dos problemas que já vinham se acumulando, tem demonstrado fidelidade ao Partido, sabendo acolher os novos militantes que já pediram filiação nos últimos dias".





O novo governador entre o deputado Sérgio Miranda e a vereadora Jô Moraes

Itamar quer retomar a liderança de Minas

O ex-presidente Itamar Franco elegeu-se governador de Minas Gerais com 57,62% dos votos, contra 42,38% do governador Eduardo Azeredo. Ele terá pela frente uma tarefa nada fácil: equilibrar as contas do Estado, renegociar a dívida pública, repor as perdas dos servidores, bloquear a privatização das estatais mineiras e, sobretudo, obter maioria na Assembleia Legislativa (tem apenas 21 deputados dos 77 eleitos) para conseguir levar adiante seu projeto de

governo.

Eduardo Azeredo realizou um governo submisso ao programa de FHC, com a retirada de receitas do Estado através da Lei Kandir, a dívida externa de US\$ 18 bilhões, negociada a juros superiores aos dos demais Estados, o déficit mensal de R\$ 60 milhões nas contas públicas e a liquidação de patrimônios históricos de Minas, como a Cemig, o Bege e a Telemig.

Itamar Franco fez campanha afirmando que Minas ha-

via perdido a liderança política. O ex-presidente, que no segundo turno não recebeu o apoio do candidato Patrus Ananias do PT, teve amplo apoio das esquerdas. A começar pelo prefeito Célio de Castro, passando pelo PCdoB e PSB e setores do PT (dos 27 prefeitos desse partido, apenas 7 ficaram com Itamar). Itamar já disse que não irá fazer combate frontal ao governo FHC, mas apenas sinalizar com o que discorda do projeto executado nos últimos quatro anos.

Centros de pesquisa podem parar

A quebradeira chegou a instituições científicas ligadas ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Com os cortes nos orçamentos de laboratórios e institutos, anunciados pelo governo FHC dia 16 de outubro, a atividade científica praticamente parou. Pagamento de serviços públicos, como luz e telefone, e de serviços terceirizados de limpeza e segurança, estão atrasados.

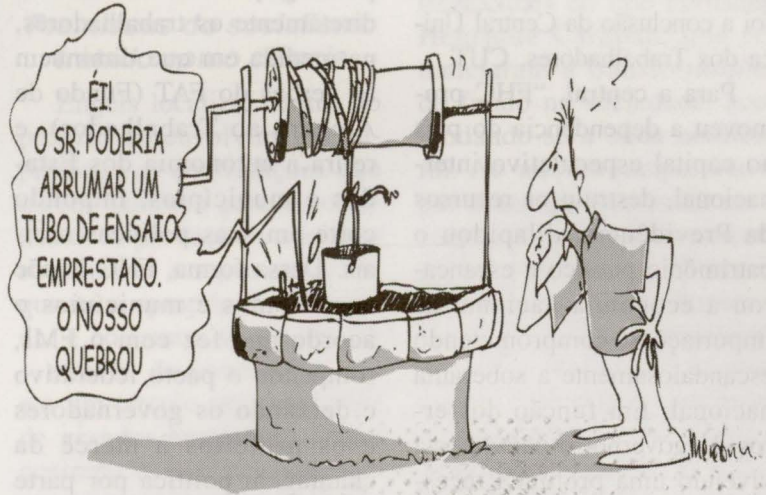
O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, no Rio, está com dívidas de R\$ 174 mil. A maior parte, R\$ 163 mil, a instituição deve à Light. A conta de energia elétrica está atrasada desde junho. A conta de telefone está atrasada um mês. "Nossa instituição quebrou, e não é um órgão gastador. Estava aquém do orçamento até agora", denunciou o diretor adjunto da instituição, o físico João dos Anjos. "O orçamento aprovado pelo Congresso previa que a instituição receberia R\$ 5,4 milhões em 1998. Em março, o CNPq anunciou que só pagaria R\$

3,8 milhões por causa da crise asiática. Agora, o novo limite é R\$ 2,3 milhões", diz o pesquisador. Levando em conta o que a instituição já gastou, ainda tem direito a receber, até o fim do ano, R\$ 194 mil. "Isso é o que gastamos em um mês."

No Observatório Nacional a situação não é muito diferente, segundo o chefe do Departamento de Astronomia, Paulo Peleggrini: "Enviamos correspondência (artigos para publicação em revistas estran-

geiras) com o nosso dinheiro." O orçamento do observatório para 1998 era de R\$ 1,6 milhão, mas foi reduzido para R\$ 840 mil. Só que o empenho total da instituição até o início de outubro, somadas faturas que seriam abatidas nos próximos dois meses, é de R\$ 1,1 milhão.

Representantes de 35 instituições científicas redigiram um manifesto de repúdio à maneira como foram feitos os cortes à pesquisa científica. (Veja ao lado)



Vitória da unidade no Rio de Janeiro

A vitória de Anthony Garotinho (PDT) nas eleições do Rio de Janeiro abre novas perspectivas para a esquerda. A unidade da esquerda foi fundamental para derrotar o conservadorismo. O PCdoB esteve presente nas articulações que viabilizaram a coligação Muda Rio (PDT, PT, PSB, PCdoB, PCB) e tomou diversas iniciativas mobilizadoras e de campanha. O Partido já integra a comissão de transição e participará do governo.

Outra vitória da unidade foi a eleição de Saturnino Braga para o Senado, derrotando o



Garotinho e Benedita

representante-mor da política imperialista, Roberto Campos. A vitória da Coligação Muda Rio também abre perspectiva para que o PCdoB retome seu espaço na Câmara de Vereadores, com o mandato de Fernando Gusmão.

O anti-malufismo venceu o marketing em SP

Paulo Maluf (PPB) não conseguiu vencer a rejeição que o povo paulista cultivou ao seu passado político nefasto, marcado por escândalos de corrupção e pelo jeito antidemocrático e truculento de governar. A rejeição a Maluf, já o levou a seis derrotas eleitorais em oito disputas. As forças políticas progressistas e democráticas de São Paulo indicaram o voto em Mário Covas para barrar as pretensões malufistas. Assim fizeram o PSB, o PPS, o PCdoB e setores do PT e do PDT. O candidato do PSDB saiu do primeiro turno com 22,95% dos votos contra

32,21% de Maluf e venceu o segundo turno com uma vantagem de mais de 10% sobre o candidato pepebista (55,37% para Covas e 44,63% para Maluf). Covas saiu do pleito reeleito, mas sem demonstrações de aprovação ao seu governo.

Para Walter Sorrentino, presidente do PCdoB-SP, ainda é cedo para o Partido tomar uma posição com relação ao próximo período do governo Covas. Um dos elementos importantes a ser observado para formar esta opinião é a maneira como o governo do Estado irá reagir ao pacote fiscal anunciado por FHC.

Manifesto das sociedades científicas

Após 47 anos de política científica e tecnológica, parece que chegamos ao fundo do poço. Por um ato unilateral, o Presidente do CNPq decidiu, na prática, encerrar as atividades da agência. Além dos efeitos concretos que tal medida acarretará, esta tem um caráter simbólico muito importante.

A Portaria sinaliza a falência do financiamento público à Ciência e Tecnologia (C&T) e escancara a completa ausência de prioridade do setor, sempre alardeada pelo governo federal.

Já começaram a ser anunciadas, ainda oficiosamente, novos impactos sobre outros programas e agências. Sobre o PRONEX, sobre a CAPES, sobre as universidades e institutos de pesquisa.

Frente a esta situação, a comunidade científica brasileira e aqueles que compreendem a importância do setor para o desenvolvimento e a soberania do país, não podem calar-se.

Desde logo afirmamos que não se trata de reação corporativa, ao arrempe da emergência que se abate sobre o país, face a crise internacional. No

entanto, não admitimos a responsabilidade de assumirmos o ônus do desastre de uma política econômica de cuja construção e operação sempre estivemos afastados.

Nosso protesto nasce, em primeiro lugar, da necessidade imperiosa de defender a continuidade do apoio público a C & T, que foi capaz de construir um patrimônio invejável em termos institucionais e de recursos humanos. Mas, além disso, nosso protesto se eleva contra a falsa idéia de que se pode levar o metabolismo da ciência e da tecnologia a um ritmo de hibernação e, depois, reanimá-lo sem que isto provoque prejuízos graves.

A situação que se desenha para o financiamento público de C & T no Brasil anuncia a destruição desse patrimônio. Que não pertence ao governo. Que não nos pertence, mas sim aos que virão. É uma obrigação passá-lo a esses, fortalecido e efetivo, do mesmo modo que os que nos antecederam puderam nos entregar.

Não à destruição do patrimônio científico e tecnológico brasileiro!



A investida governamental contra os direitos dos trabalhadores pode se transformar em lei: o governo preparou projeto que liquida com a unicidade sindical e investe na divisão dos assalariados, nos mais rigorosos moldes neoliberais. O projeto será votado no Congresso

Proposta do governo golpeia os sindicatos

Augusto César Petta

Através do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP –, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE –, teve acesso à proposta de organização sindical do governo FHC, que acaba com a unicidade sindical, institui o pluralismo e o sindicato por empresa (não menciona base territorial nem categoria ou ramo profissional para a formação de sindicatos), elimina a substituição processual, restringe o acesso à Justiça e condiciona qualquer desconto em favor do sindicato ao princípio da “razoabilidade”, que também fica limitado aos associados. É a operação desmonte, mediante a pulverização, asfixia financeira e a limitação do acesso à Justiça.

Em sua justificativa, o governo apresenta os seguintes objetivos para sua proposta:

“a) liberdade de criação de sindicatos, sem obrigatoriedade de observância do critério de categorias profissionais ou econômicas, bem como de se associar ou não;

b) fim do monopólio de representação gerada pela unicidade sindical obrigatória;

c) fim da contribuição sindical obrigatória, decorrente de lei e imposta aos não-associados;

d) fim do poder normativo, mantendo-se a competência da Justiça do Trabalho apenas para a arbitragem facultativa dos conflitos coletivos econômicos, a pedido conjunto das partes;

e) atribuição de competência jurisdicional à Justiça do Trabalho para resolver conflitos de direito sindical de qualquer natureza, tanto entre sindicatos como entre associado e sindicato;

f) instituição de instâncias extrajudiciais prévias de mediação e conciliação nos conflitos individuais;

g) disposições constitucionais transitórias indispensáveis à transição do regime de unicidade sindical para o da liberdade.”

Se essa proposta for aprovada pelo Congresso, os trabalhadores ficam indefesos diante dos interesses patro-

nais. Ficam sem normas protetoras, num relacionamento “democrático” entre desiguais (os poderosos donos do capital, e aqueles que nada têm, a não ser a força de trabalho para sobreviver). É o que o governo e os defensores do neoliberalismo chamam de “modernidade” nas relações trabalhistas.

Pelo projeto governamental, é suprimido o dispositivo constitucional que veda “a criação de mais de uma organização sindical em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial”. Os sindicatos deixam de representar os interesses coletivos ou individuais da categoria, e passam a defender apenas os “interesses dos seus representados” (ou seja, apenas os associados). Ninguém representará os não associados. Mas o que diferencia um sindicato de uma associação ou um clube é exatamente a

representação de toda a categoria ou ramo, permitindo um tratamento uniforme, sem distinções!

O sindicato patronal também só representará as empresas sindicalizadas. A empresa não sindicalizada estará desobrigada da negociação coletiva feita em nível de categoria! Neste caso, só será possível a negociação direta com a empresa. Outra forma de descentralização da negociação se daria com o fim da base mínima municipal para o sindicato, que abre o caminho para a organização por empresa.

Com os sindicatos representando apenas os associados, as negociações poderão ocorrer empresa por empresa (na área rural, fazenda por fazenda), pois as empresas não associadas não seriam alcançadas pela norma coletiva. Atualmente, a representação é de categorias. Os trabalhadores defendem a ampliação dessa representação para ramos de atividade.

A liberdade sindical defendida pelos trabalhadores não corresponde a acabar com o papel do Estado para cair nas garras do poder econômico. Os trabalhadores podem ser demitidos a qualquer momento. Por isso é preciso que existam regras para a liberdade de organização sindical, garantindo a atuação dos sindicalizados em seus locais de trabalho.

É fundamental a existência de normas e regras que impeçam o poder econômico de submeter os mais fracos à sua vontade, aos seus caprichos. A liberdade sindical requer uma disciplina legal que não permita nem ao Estado, nem ao poder econômico, interferir na organização dos trabalhadores.

Em sua justificativa do projeto, o governo considera que o “sindicalismo brasileiro, como ocorre em muitos países, enfrenta séria crise”. Alega que, por existirem “mais de 16.000 sindicatos”, ocorre um “verdadeiro caos sindi-

cal”. Resolve-se este problema com o sindicato por empresa? No Japão, onde o sistema é adotado, calcula-se em mais de 70 mil o número de sindicatos.

O projeto governamental sobre organização sindical se insere no contexto da implantação do neoliberalismo no Brasil. Os trabalhadores e os democratas repudiam mais esse ataque à livre organização sindical – agora com o pretexto de defender a “liberdade sindical” – e reafirmam a necessidade de serem estabelecidas normas claras nas relações entre patrões e empregados, que valorizem e garantam condições dignas de vida e trabalho para aqueles que produzem as riquezas.

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE –, diretor do Sinpro Campinas e da CSC

Onda de greves na América Latina

Altamiro Borges

Uma onda de greves se propagou pelos países latino-americanos nas últimas semanas. Paralisações longas e massivas, violentos protestos de rua, prisões e assassinatos de líderes sindicais têm sido a marca desta fase de retomada das lutas no continente. O ponto comum destas greves é o combate ao chamado ajuste neoliberal, imposto por governos tutelados pelo FMI, que provoca aumento do desemprego, maior arrocho salarial e precarização das condições de trabalho. Outra característica marcante é a unidade de amplos setores nas mobilizações, com a ação conjunta de diversas centrais sindicais.

Até o momento, a maior radicalização ocorreu na Colômbia. Cerca de 800 mil trabalhadores paralisaram suas atividades por 20 dias - na mais longa greve da história do país. O movimento, encerrado com vitória parcial em 27 de outubro, envolveu

funcionários da educação, saúde, justiça, petroleiros, telefônicos e outras categorias. As três centrais sindicais (CUT, CTC e CGTD) somaram suas forças na mobilização. Os grevistas conquistaram 15% de reajuste salarial, a compensação dos dias parados e condenaram o pacote de ajuste fiscal imposto pelo presidente conservador, recém-eleito, Andrés Pastrana. Também exigiram medidas contra o desemprego, que afeta 18,5% da população economicamente ativa do país.

A situação tornou-se ainda mais explosiva devido à conhecida truculência da elite colombiana. No dia 21 de outubro, o vice-presidente da Confederação Unitária de Trabalhadores (CUT), Jorge Ortega, foi morto com seis tiros em frente à sua residência, em Bogotá. O assassinato interrompeu as negociações com o governo e provocou protestos massivos em várias províncias. Três dias depois, uma líder sindi-

cal do setor da saúde, Hortensia Banderas, 36 anos de idade, foi seqüestrada e morta por um grupo paramilitar, encapuzado, no interior do país. Só no ano passado, 157 sindicalistas foram assassinados na Colômbia - segundo denúncias registradas na OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A Argentina é outro país do continente em que a temperatura da luta de classes tem se elevado. Em meados de outubro, os trabalhadores da educação realizaram a sexta greve geral do ano. O motivo principal foi a redução drástica dos investimentos governamentais no setor. A política de ajuste fiscal do presidente Carlos Menem, um dos mais subservientes do receituário do FMI, tem destruído os serviços públicos e estrangulado os governos provinciais. Tanto que na semana passada eclodiu mais um rebelião das forças policiais da província de Mendoza, com uma greve que durou três dias e arran-



Professores chilenos em greve cou o reajuste dos soldos.

Por último, vale registrar a paralisação dos 150 mil professores da rede pública do Chile em boicote à reforma educacional do governo Eduardo Frei, que durou quase um mês; a greve geral dos trabalhadores do Equador, em 1º de outubro, contra o pacote econômico anunciado pelo presidente democrata-cristão Jamil Mahuad, que resultou em violentos conflitos de rua, com a morte de cinco grevistas e outros 90 feridos; e a greve geral em Honduras. O neoliberalismo vai esbarrando numa maior resistência dos trabalhadores em toda a América Latina. Que os bons ventos do oeste nos inspirem!



FICHA DE LEITURA

...e o socialismo virou ciência...

Vários atributos contribuíram para transformar *Do socialismo utópico ao socialismo científico* no segundo texto marxista mais lido e relido pelos trabalhadores do mundo inteiro – atrás apenas do *Manifesto do Partido Comunista*. Pesa, aí, a linguagem simples, enxuta, direta, acessível do livreto de Friedrich Engels. Mas basta folhear esta pequena obra-prima do maior colaborador de Marx para perceber que não é um mero texto de vulgarização.

Engels, em resumo, historicaria como e por que o socialismo se transformou em ciência. Para tanto, recupera os grandes pensadores socialistas que precederam o marxismo – Claude Henri de Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858). Destaca sua contribuição à crítica do capitalismo, mas também as limitações de suas doutrinas, que continham intuições às vezes geniais mas careciam de alicerces sólidos.

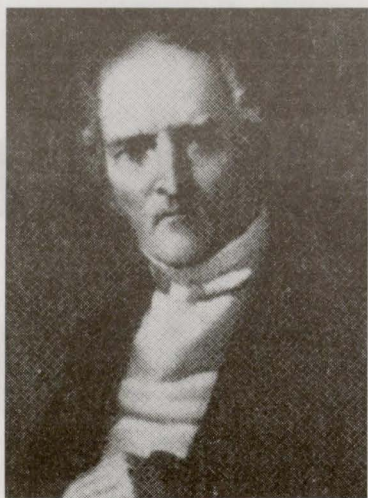


Henri Saint-Simon (1760-1825)

Dois caminhos opostos para o socialismo

Os socialistas utópicos, como ficaram conhecidos (o nome vem da palavra grega *utopia*, “lugar nenhum”) dedicaram seus principais esforços a conceber como seria uma sociedade futura, nova, avançada, próspera, fraterna, racional, livre dos males do capitalismo. Descreveram-na minuciosamente, e tanto Fourier como Owen chegaram a tentar levá-la à prática, em escala experimental.

Já Marx e Engels seguiram o caminho inverso. Pouco se ocuparam em esmiuçar a sociedade do futuro, descrevendo-a apenas em seus traços mais gerais. Todos os seus estudos tiveram como foco a sociedade do presente. Trataram de dissecar o capitalismo, reconstituir seu nascimento e sua trajetória, revelar suas entranhas, expor à luz do dia os mecanismos secretos do seu funcionamento, estudar suas contradições e as forças sociais que o protagonizam.



Charles Fourier (1772-1837)

Os utópicos escreveram e lutaram em nome da “razão”, da “justiça” e da “verdade” abstratas e a-históricas, dentro da melhor tradição do século 18. Marx e Engels, ao contrário, descobriram que os homens não “vivem como pensam” mas sim “pensam como vivem”.

“Desse modo – afirma Engels – o socialismo já não aparecia como a descoberta casual de tal ou qual intelecto genial, mas como o produto necessário da luta entre as duas classes formadas historicamente: o proletariado e a burguesia”.

Convém sublinhar aqui, entre parênteses, que isso não significa desprezar o pensamento e a dinâmica de seu desenvolvimento. O próprio Engels, no prefácio à edição inglesa, normalmente publicado junto com *Do socialismo*, fornece um excelente exemplo de “história das mentalidades” (como os acadêmicos de hoje costumam dizer) firmemente ancorada no método materialista dialético.

Premissas do socialismo tratado como ciência

Engels localiza, dentro do próprio desenvolvimento capitalista, as contradições que abrem caminho para o socialismo. A produção é social, e socializa-se sempre mais, enquanto a apropriação é privada, e concentra-se a cada dia – através da concorrência – em um círculo mais reduzido de grandes burgueses. Desta contradição básica nasce o irremediável (embora tantas vezes negado, contestado e exconjurado) antagonismo entre as duas classes fundamentais da sociedade moderna, o proletariado e a burguesia. E nasce também daí uma terceira contradição, entre a organização cada vez mais expandida e sofisticada da produção, no nível de cada empresa, e a anarquia da produção, no nível de toda a sociedade, condenando o sistema à tortura das crises cíclicas.

Mais de um século depois de escrita, a análise de Engels

impressiona pela atualidade. Ali está, exposta a nu, a explicação dos verdadeiros motivos econômico-sociais do chamado desemprego tecnológico. É verdade que o ciclo das crises já não é dez anos, como ocorria no século 19. Os mecanismos de intervenção “anticíclica”, criados no nível dos Estados burgueses (após o crack de 1929) e de todo o mundo capitalista (ao fim da II Guerra) quebraram essa regularidade de relógio. Mas mostram-se impotentes para evitar ou vencer as crises, como mostra a onda recessiva de 1997-98, que já derrubou os *tigres asiáticos*, o Japão, a Rússia e agora o Brasil.



Robert Owen (1771-1858)

Os “neo-utópicos”, proposta anti-marxista

No ambiente político-ideológico pós-URSS, a utopia vem sendo relançada por certas áreas de esquerda. Os “neo-utópicos” se assumem como tal como forma de contestarem o conformismo dos intelectuais do tipo Fernando Henrique Cardoso, que renunciaram a transformações de fundo na sociedade, acomodando-se à onda neoliberal. Ao mesmo tempo, não é por acaso que ressuscitaram o nome usado pejorativamente pelos comunistas desde o *Manifesto* de 1848. Tratam – às vezes explícita e ativamente – de diferenciar-se do marxismo, contestando justamente a possibilidade de uma fundamentação científica para a luta por uma nova sociedade.

A ressurreição de um rótulo que parecia relegado ao museu das relíquias doutrinárias é um sinal do clima ideológico deste fim-de-século de restauração e reação. E nós marxistas temos, hoje mais do que antes, todos os motivos para reafirmarmos e defendermos o caráter científico de nosso corpo teórico. Nem por isso deixamos de saudar a disposição dos “neo-utópicos” para integrar a frente-única da resistência ao “pensamento único” neoliberal. (B.J.)

HISTÓRIA DA LUTA PELO SOCIALISMO 10

A Revolução de Outubro

Bernardo Joffily

Em fevereiro de 1917 uma revolução popular derubou o Tzar. Suas forças motrizes foram os operários, camponeses e soldados (na maioria, camponeses fardados); as formas de luta, greve geral, protesto de massas, rebelião na tropa.

Nascem os *soviets*, exemplo de democracia direta.

A Rússia saiu da tirania czarista para uma fervilhante liberdade. Os exilados retornaram. O governo passou aos *cadetes* (partido liberal-burguês, de oposição moderada) e em maio aos social-revolucionários e mencheviques (ver o artigo 9).

Ao mesmo tempo, os trabalhadores criavam os *soviets* (conselhos). Nascidos na Revolução de 1905, eles eram uma organização revolucionária de massas, ágil, desburocratizada, uma típica democracia direta, onde o trabalhador não só elegia representantes, mas participava. Agiam como verdadeiro poder paralelo.

Os *soviets* exprimiam a revolta dos trabalhadores com uma revolução que não resolvera seus problemas. Em especial, exigiam o fim da guerra. Após novas derrotas no front, as enormes *Jornadas de Julho* mostraram que o ímpeto revolucionário russo estava longe do fim. O livro *Dez dias que abalaram o mundo*, do jornalista norte-americano John Reed, reporta o clima reinante.

Da revolução democrática à revolução socialista

Após a Revolução de Fevereiro, os bolcheviques ainda eram minoritários. Até no *Soviet* de Petrogrado não chegavam a 20% dos votos. Essa correlação de forças se inverteu com uma rapidez que só a crise revolucionária permite.

Lenin voltou do exílio dando vivas ao socialismo. Defendeu, nas *Teses de abril*, que a revolução democrático-burguesa bem ou mal estava feita, era hora de passar à revolução socialista, sob o

lema “Todo o poder aos *soviets*”. Outro lema, “Paz, pão e terra”, exprimia as tarefas imediatas da revolução. Em agosto, Leon Trotsky, recém-incorporado aos bolcheviques, foi eleito dirigente do Soviet de Petrogrado. A ala esquerda dos social-revolucionários aliou-se aos comunistas. Eram sinais de que os trabalhadores aprendiam com sua experiência.

Afora os *soviets* havia outro poder paralelo, da ultra-direita. O general czarista Lavr Kornilov, chefe supremo do exército, rebelou-se em agosto visando restaurar o velho regime, fracassando devido à deserção de suas tropas. O episódio da “kornilovada” desmoralizou de vez o governo, que passara ao social-revolucionário de direita Alexandr Kerensky.

Estavam maduras as condições para transformar o lema “Todo o poder aos *soviets*”, de palavra-de-ordem de agitação em palavra-de-ordem de ação, e em realidade.

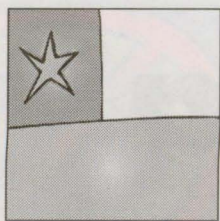
No dia 7 de novembro (25 de outubro no antigo calendário russo), os marinheiros rebeldes do cruzador *Aurora* deram o sinal (uma salva de tiros). Houve resistência na tomada do Palácio de Inverno, sede do governo (descrita no belo filme *Outubro*, de Sergei Eisenstein), mas a insurreição triunfou nas maiores cidades com relativa facilidade, após poucos dias e uma centena de mortes. Seu primeiro decreto foi a reforma agrária entregando a terra aos que a trabalham. Em seguida, começaram as conversações de paz em separado com a Alemanha.

O verdadeiro enfrentamento veio depois: Kornilov e outros generais czaristas reuniram os *brancos* (anti-bolcheviques, inclusive mencheviques e social-revolucionários) e tropas de 14 países na Guerra Civil. Mas trabalhadores e o novo Exército Vermelho, exaustos e famintos, dessa vez tinham por que lutar. Após três anos de sacrifícios e heroísmo, a revolução antevista por Marx consolidava seu triunfo no mais vasto país da Terra.



Outubro de 1917: a revolução socialista eclode na Rússia

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Realizou-se em Santiago, entre os dias 15 e 18 de outubro, o 21º Congresso Nacional do Partido Comunista do Chile. Cerca de 300 delegados, eleitos nos congressos regionais, reuniram-se no Salão Nobre do Ministério das Relações Exteriores

Comunistas propõem frente anti-neoliberal no Chile

O local onde ocorreu o Congresso, antigo Parlamento Nacional, é carregado de simbolismo. Ali foram realizados grandes eventos políticos, que marcaram a vida política do país desde a fundação do Partido Comunista do Chile em 1912 por Luís Emílio Recabarren. Também nesse local foi assinado um dos principais atos do governo da Unidade Popular (1970-1973) de Salvador Allende - o decreto de nacionalização das empresas de mineração de cobre.

Partindo do informe central apresentado pela secretária geral do Partido, Gladys Marin, o Congresso debateu a situação do país e lançou o desafio de intensificar a luta por um Estado nacional, social, soberano e democrático para abrir caminho ao socialismo. Os comunistas decidiram por uma estratégia de oposição ao neoliberalismo e ao governo da Concertação, formado pelo Partido Socialista e pelo Partido Demócrata Cristão,

que conta com o beneplácito das Forças Armadas e do imperialismo norte-americano.

Foi feito um chamamento para reagrupar "a esquerda, os allendistas, os setores democráticos e conseqüentes que ainda estão com a Concertação". Esse reagrupamento de forças pode ocorrer a partir de uma plataforma comum na campanha presidencial, já em curso, tendo em vista a eleição do próximo ano. Para isso, o PC do Chile lançou a candidatura de Gladys Marin à Presidência da República, concebida como "candidatura ampla, de massas e representativa das forças de esquerda" e esboçou as linhas gerais da plataforma.

Em primeiro lugar está a necessidade de lutar pela verdadeira democratização do país, tarefa que os dois governos da Concertação que se sucederam à ditadura de Pinochet foram incapazes de realizar, uma vez que ao invés de uma ruptura com o regime



Gladys Marin, representante do povo Napuche (minoria nacional do Chile) e convidados do exterior

militar, a transição chilena foi pactada com as Forças Armadas que impuseram a Constituição e um conjunto de leis antidemocráticas. Os comunistas chilenos consideram que está na ordem do dia a luta por uma Assembléia Nacional Constituinte, a revogação do sistema de leis remanescente da ditadura e a garantia da verdade e justiça plenas em matéria de direitos huma-

nos, o que implica a punição dos culpados pelos crimes de lesa-humanidade, a começar pelo ex-ditador Augusto Pinochet. Também encontra-se na ordem do dia a adoção de nova legislação eleitoral, e implantação do sistema proporcional. Com o sistema majoritário binominal vigente, um sui-generis e antidemocrático sistema distrital, o Partido Comunista, mesmo com

altas votações, que em alguns distritos superam a marca de 20%, não está representado no Parlamento Nacional.

A plataforma aprovada inclui ainda uma série de lutas de natureza nacional e social, o que a torna frontalmente contrária ao excludente e antinacional modelo neoliberal vigente.

O 21º Congresso do PC do Chile foi o primeiro, depois de 29 anos, a receber delegações estrangeiras. Estiveram presentes os partidos comunistas de Cuba, do Vietnã, da Argentina, da Colômbia, da Bolívia, da Espanha, do Japão, de Portugal, o Partido Socialista Progressista do Marrocos, o Partido dos Trabalhadores do México e a Esquerda Unida da Espanha. O nosso Partido foi representado pelo camarada José Reinaldo Carvalho, membro do Secretariado do Comitê Central, responsável pelas relações internacionais, que saudou o Congresso em nome do PCdoB.

Escalada agressiva contra Kossova

Mais uma vez o mundo assiste, entre perplexo e apreensivo, a uma nova escalada de guerra encabeçada pelo imperialismo norte-americano e seus aliados euro-atlânticos da OTAN. Arrogando-se em polícia do mundo, o braço armado do imperialismo na Europa concentrou sua colossal máquina de guerra e está prestes a bombardear o que resta da antiga Iugoslávia. Os militaristas da OTAN e o imperialismo norte-americano invocam a defesa dos direitos humanos do povo albanês da província de Kossova, vítima do que se convencionou chamar de limpeza étnica perpetrada pelos sérvios. Repete-se, neste episódio, o mesmo argumento que levou o imperialismo a interferir na "guerra da Bósnia", que resultou no esvaziamento daquela república iugoslava.

O conflito entre sérvios e albaneses na província de Kossova é antigo, data de muitos séculos atrás, e diminui ou recrudescer segundo as políticas nacionais levadas à prática pelos governos locais e segundo a ingerência das forças imperialistas. Nas condições de uma ordem internacional equilibrada, um governo progressista, sobe-



Kossovas vítimas da guerra

rano e independente, não chauvinista, na Iugoslávia, seria capaz de resolver o problema, se fosse sensível às reivindicações nacionais do povo albanês-kossovar. Embora as limitações das soluções encontradas no pós-Segunda Guerra Mundial, a convivência entre as duas nacionalidades já foi menos conflituosa.

A época que vivemos, porém, é a da imposição do ditame imperialista sobre os povos e nações, sob os mais diversos pretextos. O dia a dia da vida internacional é pontilhado não só de ameaças como de ações concretas do imperialismo, que se sente com as mãos livres para bombardear, invadir, impor cercos e bloqueios, derrubar e promover governos. Aí estão os exemplos do Afeganistão, do Sudão, do Iraque, para nos referirmos apenas aos fatos mais recentes.

A ameaça de bombardear a Iugoslávia só se explica nesse contexto. O povo albanês, de gloriosa história, nada terá a ganhar com a presença de tropas da OTAN no território de Kossova. Será ainda mais escravizado. Seu destino de liberdade e independência é o mesmo dos povos vizinhos. Sua luta pela autodeterminação está vinculada à convivência pacífica com os demais povos balcânicos, sem a interferência das potências imperialistas.

Os comunistas brasileiros condenam com veemência as ameaças do imperialismo e da OTAN contra a Iugoslávia e são a favor da solução pacífica para o conflito sérvio-kossovar, sem a interferência das potências imperialistas.

A prisão de Pinochet

A notícia da detenção do ex-ditador Augusto Pinochet encheu de entusiasmo os delegados e convidados ao 21º Congresso do Partido Comunista do Chile. O congresso deliberou que o Partido se incorporasse em todo o país às manifestações de contentamento do povo chileno e reforçasse a luta pela punição a esse que é um dos mais sanguinários genocidas do século XX. O ato de encerramento do congresso, no domingo, dia 18, foi uma passeata e um ato público com esse mesmo caráter. No dia seguinte, segunda-feira, a secretária geral reeleita no congresso e candidata a presidente da República, Gladys Marin, dirigiu-se por carta ao vice-presidente da República, Raul Tran-



coso (o presidente Eduardo Frei encontrava-se em Portugal), para expressar "o profundo descontentamento pela defesa que se faz de Augusto Pinochet, posição que obstaculiza os princípios universais de justiça e entrava os caminhos para romper a impunidade no Chile. Exigimos uma mudança imediata de atitude por parte do governo, para interpretar o clamor nacional de justiça".

Solidariedade brasileira

O PCdoB integrou a delegação de parlamentares brasileiros que visitaram a embaixada da Grã-Bretanha, em Brasília, para declarar o apoio à prisão do ditador criminoso, e tem participado

dos atos pela punição de Pinochet. Muitos brasileiros estavam exilados no Chile quando Pinochet deu o golpe militar. Pelo menos cinco brasileiros desapareceram após

terem sido detidos pela ditadura chilena: Jane Vanini, Luís Carlos Almeida, Nelson de Souza Kohl, Túlio Roberto Cardoso Quintillani e Vânie José de Matos (único com certidão de óbito).

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Sem perder a alegria, jamais



“O Brasil tem para com esse escritor uma enorme dívida de gratidão: a da alegria”. Assim o crítico Mário da Silva Brito referiu-se ao jornalista, compositor, autor de roteiros cinematográficos, programas de rádio e tevê, tradutor de peças teatrais e cronista Sérgio Porto. Stanislaw Ponte Preta, como assinava suas crônicas, nasceu no Rio, em 11 de janeiro de 1923, e morreu na mesma cidade, em 30 de

setembro de 1968. Autor do “Samba do crioulo doido”, gravado pelo Quarteto em Cy e que contava a história de um sambista do morro que enlouquece com as datas e fatos da história do Brasil, é também o criador de tipos como Tia Zulmira, Primo Altamirando, dr. Data Vênia e o distraído Rosamundo, personagens cariocas dos anos 50 e 60 com os quais fazia a crítica de costumes. Coletou também inúmeros casos envolvendo

políticos à época da ditadura militar e publicou seus relatos em dois volumes do *Festival de Besteira que Assola o País*.

Na opinião de Jorge Amado, a literatura de Sérgio Porto era “alimentada pelos acontecimentos diários, solidária com as vitórias e as lutas do povo, arma de combate nos tristes dias políticos”. Na passagem dos 30 anos de sua morte, publicamos uma crônica de Stanislaw Ponte Preta.

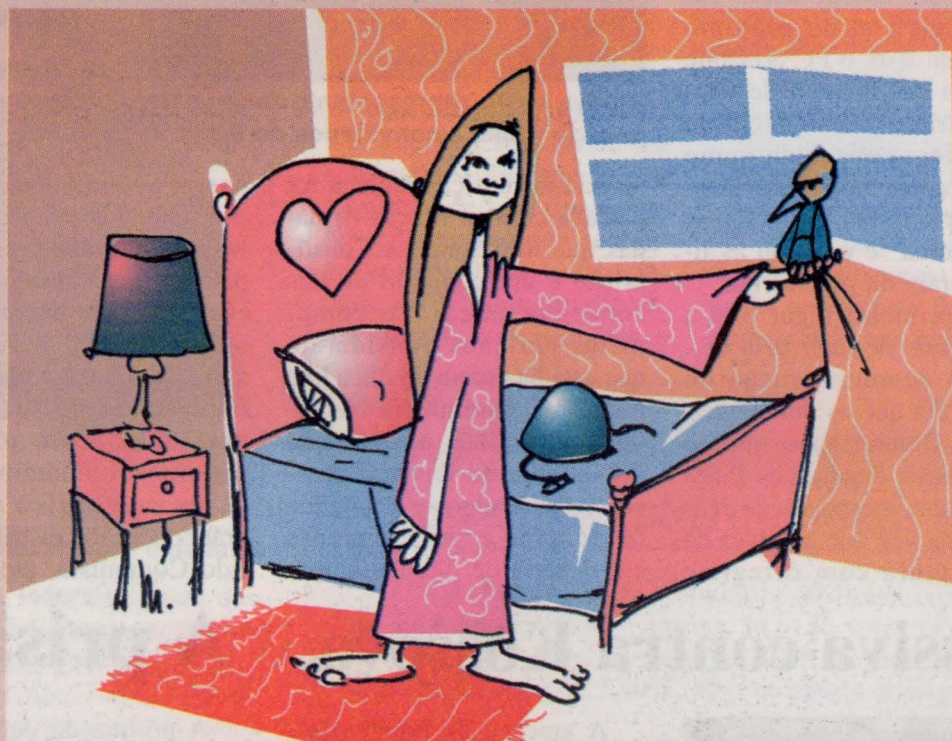
História do passarinho

O que vocês passarão a ler é um lindo conto escrito por Tia Zulmira, nossa veneranda parenta e conselheira. Trata-se de obra para a literatura infantil, à qual a sábia e experiente senhora vem se dedicando agora, após o convite para participar de um concurso de histórias infantis promovido por um programa de televisão. Cremos que não é necessário acrescentar que a boa senhora tirou o primeiro lugar. Mas, passemos ao conto:

Era uma vez uma mocinha muito bonita, que morava num lugar chamado Copacabana. Era uma mocinha muito prendada e com muito jeito para as coisas. Estudiosa e obediente, freqüentava sempre o programa de César de Alencar, ia ao Bob's e adorava cuba-libre. Lia muito e gostava, principalmente da “Revista do Rádio” e da “Luta Democrática”.

Todos elogiavam a beleza da mocinha. Ela tinha cara bonita, olhos bonitos, pele bonita, corpo bonito, pernas bonitas, figura bonita. Era toda bonita. Apesar disso, não era feliz, a mocinha. Ela sonhava com uma coisa, desde pequena - queria entrar para o teatro. Sua mãe sempre dizia que não valia a pena, que ela podia ser feliz de outra maneira, mas não adiantava. O sonho da mocinha bonita era entrar para o teatro. Só pensava nisso e colecionava fotografias de Virgínia Lane, Sofia Loren, Nélia Paula e Marilyn Monroe.

Um dia, a mocinha estava muito triste, porque não conseguia ver realizado o seu ideal, quando um passarinho chegou perto dela e perguntou: - Por que é que você está triste,



mocinha? Você é tão bonita. Não devia ser triste.

- Eu estou triste porque quero entrar para o teatro e não consigo - respondeu a mocinha.

O passarinho riu muito e disse que, se fosse só por isso, não precisava ficar triste. Ela havia de dar um jeito. E de fato, no dia seguinte, passou voando pela janela do quarto da mocinha e deixou cair um bilhetinho que trazia no bico. Era um bilhetinho que dizia: Fila 4, Poltrona 16.

A mocinha foi e num instante conheceu o empresário do teatro que, ao vê-la, se entusiasmou com sua beleza. Foi logo contratada, e já nos primeiros ensaios, todos elogiavam seu

desembarço. Ela ensaiou muito mas não contou nada pra mãe dela. Somente na noite de estréia é que, antes de sair, chegou perto da mãe e contou tudo. A mãe ficou triste ao ver a filha partir para o estelato, mas ela estava tão feliz que não a quis contrariar.

E foi bom porque a sua filha fez sucesso. Foi muito ovacionada; todo mundo aplaudiu. Ela voltou para casa contentíssima e, quando ia metendo a chave no portão, ouviu uma voz dizer:

- Meus parabéns. Você é um sucesso.

Aí ela olhou pro lado espantada e viu o passarinho que a ajudara, pou-

sado numa grade. Ela notou que o passarinho dissera aquilo em tom amargo e quis saber:

- Passarinho, você agora é que está triste. Por que?

Foi aí que o passarinho explicou que não era passarinho não. Era um príncipe encantado, que uma fada má transformara em passarinho.

- Oh, coitadinho! - exclamou a mocinha que acabara de estrelar com tanto sucesso. - O que é que eu posso fazer por você?

O passarinho então contou o resto do encantamento. A fada má fizera aquilo com ele só de maldade. Para ele voltar a ser príncipe outra vez, era preciso que uma mocinha bonita e feliz o levasse para sua casa e o colocasse debaixo do travesseiro. No dia seguinte o encanto findava.

- Mas eu sou uma mocinha feliz. E foi você mesmo, passarinho, que disse que eu era bonita. Você todo mundo.

E dizendo isso, apanhou o passarinho e entrou em casa com ele. Ajeitou-o bem, debaixo do travesseiro e, cansada que estava das emoções do dia, adormeceu.

No outro dia de manhã aconteceu tal e qual o passarinho dissera. Quando a mocinha acordou havia um lindo rapaz deitado a seu lado. Era o príncipe.

Esta, pelo menos, foi a história que a mocinha contou pra mãe dela, quando a velha a encontrou de manhã, dormindo com um fuzileiro naval. Que, aliás, só não se casou com a mocinha porque já tinha um compromisso em Botafogo.



IMPRESSO

Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
CEP 01318-020 - São Paulo - SP

Tel.: (011) 3104 4140



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois